

6 — Quando se verificarem diferenças entre o valor calculado para a compensação devida em numerário e o valor dessa compensação a entregar em espécie, as mesmas serão liquidadas da seguinte forma:

- a) Se o diferencial for favorável ao município, será o mesmo pago em numerário pelo promotor da operação urbanística;
- b) Se o diferencial for favorável ao promotor, ser-lhe-á o mesmo entregue pelo município.

7 — Se o valor proposto no relatório final da comissão não for aceite pela Câmara Municipal ou pelo promotor da operação urbanística, recorrer-se-á a uma comissão arbitral, que será constituída nos termos do artigo 118.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

8 — As despesas efetuadas com o pagamento dos honorários dos avaliadores, serão assumidas pelo requerente.

## CAPÍTULO XII

### Isenção e redução de taxas

Artigo 39.º

#### Isenções e reduções

Isenções/reduções do pagamento das taxas são as previstas no Regulamento de Taxas da Câmara Municipal da Ribeira Brava.

## CAPÍTULO XIII

### Disposições Finais e Complementares

Artigo 40.º

#### Regulamentos municipais anteriores

O presente regulamento revoga o Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, 6 de outubro de 2009) Edital n.º 1023/2009.

Artigo 41.º

#### Entrada em vigor

O presente regulamento deverá entrar em vigor no dia imediato ao da sua publicação no *Diário da República*.

207826401

## MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

### Regulamento n.º 200/2014

#### Regulamento Municipal para Cedência de Máquinas e Viaturas Pesadas

##### Preâmbulo

A inexistência na ilha das Flores de empresas de aluguer de máquinas e viaturas pesadas, é impeditivo, em diversas circunstâncias, do desenvolvimento por parte das populações de iniciativas, que visem melhorar o seu bem-estar e condições de vida próprias e do seu agregado familiar ou de criação e desenvolvimento de empresas locais, tão importantes para a criação de emprego e para o desenvolvimento económico local.

De acordo com o disposto na alínea *m)* do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro compete aos municípios a promoção do desenvolvimento.

Por sua vez de acordo com a alínea *ff)* do n.º 1 do artigo 33.º da citada lei, constitui atribuição da Câmara Municipal promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal.

Nesse sentido, o Município elabora, o presente Regulamento, de forma a apoiar as iniciativas que proporcionem uma melhoria do bem-estar e condições de vida dos municípios e incentivem a constituição das empresas de âmbito local.

Assim:

Ao abrigo do disposto nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, na alínea *k)* do n.º 1, do artigo 33.º, e na alínea *g)* do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente Regulamento Municipal.

Em cumprimento dos artigos 117.º e 118.º do Código de Procedimento Administrativo, o presente Regulamento foi submetido a audiência dos

interessados e a discussão pública para recolha de sugestões, e aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2014.

Artigo 1.º

#### Lei habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea *m)* do artigo 23.º e na alínea *ff)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2.º

#### Âmbito de aplicação

O presente Regulamento estabelece os princípios gerais e as condições de acesso a que obedece o processo de apoio a conceder pelo Município de Santa Cruz das Flores no transporte de materiais, escavação, aterro e no desbravamento de terrenos.

Artigo 3.º

#### Objeto

Constitui objeto do presente Regulamento a definição das condições de cedência de máquinas e viaturas pesadas, para transporte de materiais, escavação, aterro e desbravamento de terrenos.

Artigo 4.º

#### Requisitos para aceder ao serviço

Podem aceder a este serviço as Juntas de Freguesia, entidades públicas ou outras entidades de interesse público, de natureza social, desportiva ou cultural, de cariz não lucrativo, deste Concelho, ou particulares que não tenham outros meios de satisfação nesta área e sejam residentes no Concelho de Santa Cruz das Flores, há pelo menos um ano, que necessitem dos equipamentos, veículos ou máquinas pesadas, para:

- a) A realização de obras ou qualquer outra intervenção na sua habitação;
- b) Desbravar terrenos para fins agrícolas;
- c) Escavação e aterro;
- d) Transporte de inertes e similares.

Artigo 5.º

#### Forma de acesso ao serviço

Para aceder ao serviço, de «Máquinas e Viaturas Pesadas» os interessados terão que inscrever-se na Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, mediante apresentação de identificação (Cartão de cidadão ou BI e NIF) e ainda um dos seguintes documentos:

- a) Comprovativo da situação de pensionista;
- b) Comprovativo de que é carenciado; (atestado da Junta de Freguesia);
- c) Comprovativo da situação de agricultor;

Artigo 6.º

#### Condições de acesso ao serviço

O serviço efetuado pelas máquinas e viaturas pesadas do Município a particulares, será pago nos termos definidos no quadro I do presente regulamento.

Artigo 7.º

#### Isenções

1 — As isenções previstas no presente regulamento foram ponderadas em função da manifesta relevância da atividade desenvolvida pelos sujeitos passivos que delas beneficiam, assim como dos objetivos sociais e de desenvolvimento que o município visa promover e apoiar, no domínio da prossecução das respetivas atribuições, designadamente no de natureza económica, incentivo à fixação e de apoio a extratos sociais desfavorecidos.

2 — Estão isentos do pagamento de tarifas previstas no presente regulamento:

- a) Juntas de Freguesia, entidades públicas ou outras entidades de interesse público, de natureza social, desportiva ou cultural, de cariz não lucrativo;
- b) Jovens até aos 35 anos; nas alíneas a) c) e d) do n.º 1 artigo 4;
- c) Carenciados, pensionistas e reformados com idade igual ou superior a 65 anos, nas alíneas a) c) e d) n.º 1 artigo 4;
- d) Agricultores na alínea b) do n.º 1 artigo 4.

## Artigo 8.º

**Decisão**

A decisão da cedência de máquinas e viaturas pesadas, será tomada pelo Presidente da Câmara, ou Vereador responsável de acordo com as normas estabelecidas no presente regulamento e sempre de acordo com as disponibilidades os serviços da Câmara.

## Artigo 9.º

**Interpretação e integração de lacunas**

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento, são resolvidas pela Câmara Municipal.

## Artigo 10.º

**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

## QUADRO I

Camião (15T) por hora —	10,00
Camião (7,5T) por hora —	5,00
Máquina retroescavadora por hora —	8,00
Giratória de rastos c/ balde —	10,00
Giratória de rastos c/ martelo demolidor —	35,00
Autocarro por km —	2,00
Trator por hora —	5,00

9 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Carlos Pimentel Mendes*.

307827325

**Regulamento n.º 201/2014****Regulamento do Programa Municipal para Comparticipação de Medicamentos — Idoso com Saúde**

Considerando que nas últimas décadas, temos vindo a assistir a um acentuado envelhecimento da população que se traduz num aumento do número de reformados, pensionistas e idosos.

Considerando que o envelhecimento demográfico está associado ao aumento do uso de medicamentos necessários à manutenção da saúde.

Dado que estamos a viver um momento muito particular de dificuldades para muitas famílias, estando elas próprias impossibilitadas de poderem apoiar os idosos, sendo um dever da Autarquia contribuir para minimizar as situações de fragilidade social, no âmbito das suas atribuições e competências.

Esta autarquia tem procurado colmatar as necessidades das populações mais fragilizadas.

O presente regulamento tem como objetivo definir as condições e os procedimentos a adotar no apoio aos reformados, pensionistas e idosos na aquisição de medicamentos.

Ao abrigo do disposto nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, na alínea *h)* do n.º 2 do artigo 23.º, na alínea *k)* do n.º 1, do artigo 33.º, e na alínea *g)* do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procede-se à elaboração da regulamentação do programa Municipal para a comparticipação de medicamentos a idosos.

Em cumprimento dos artigos 117.º e 118.º do Código de Procedimento Administrativo, o presente Regulamento foi submetido a audiência dos interessados e a discussão pública para recolha de sugestões, e aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2014, e da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2014.

## Artigo 1.º

**Objeto**

O presente regulamento define as condições de funcionamento do programa de atribuição de comparticipação de medicamentos.

## Artigo 2.º

**Objetivos**

O programa de atribuição de comparticipação de medicamentos tem como objetivo apoiar a aquisição de medicamentos com receita médica, ou outro material clínico devidamente justificado mediante receita e declaração médica, a pensionistas, reformados idosos com mais de 65 anos.

## Artigo 3.º

**Beneficiários**

1 — Podem beneficiar da comparticipação em medicamentos todos os cidadão residentes e recenseados no concelho, desde que cumulativamente preencham os seguintes requisitos:

- a)* Ter idade igual ou superior a 65 anos;
- b)* Residir no Concelho de Santa Cruz das Flores, há pelo menos três anos, e estar recenseado no município nos seis meses anteriores à data da candidatura;
- c)* A média dos rendimentos *per capita* do Agregado Familiar ser inferior a 75 % da retribuição mínima em Vigor na Região Autónoma dos Açores.

## Artigo 4.º

**Montante**

1 — O montante traduz-se numa comparticipação financeira, mediante a apresentação de cópia da receita médica e respetivo recibo de pagamento da farmácia, o utente receberá o valor correspondente à comparticipação de que cabe ao utente, até ao limite máximo fixado no ponto seguinte.

2 — A atribuição da comparticipação de medicamentos tem o limite máximo por utente de 75 euros anuais. Sendo este valor fixado anualmente pela Câmara Municipal, de acordo com a sua disponibilidade orçamental.

3 — Os documentos mencionados no número um deverão ser entregues na Câmara Municipal até ao dia 20 do mês seguinte ao da realização da despesa, sendo o reembolso das mesmas efetuado, em princípio, até ao final do mês em causa.

4 — O montante anual da comparticipação é válido de fevereiro a janeiro do ano seguinte.

## Artigo 5.º

**Forma de candidatura**

1 — O pedido de comparticipação é requerido através de impresso próprio, entregue na Câmara Municipal, instruído com os seguintes documentos:

- a)* Cópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão do requerente;
- b)* Cópia do documento de identificação fiscal do requerente;
- c)* Atestado da Junta de Freguesia da área de residência do requerente comprovando o cumprimento dos requisitos da alínea *b)* do artigo 3.º;
- d)* Comprovativo da situação de pensionista ou reformado;
- e)* Comprovativo da última declaração de rendimentos;
- f)* Declaração do montante anual da pensão;

2 — A Câmara Municipal manterá uma ficha permanentemente atualizada com a conta corrente do beneficiário.

## Artigo 6.º

**Prazo de candidatura**

As candidaturas deverão ser apresentadas até ao dia 31 de janeiro de cada ano.

## Artigo 7.º

**Análise da candidatura**

1 — A Câmara Municipal, através da análise da candidatura, procederá à análise e decisão dos requerimentos.

2 — Todos os requerentes serão informados por escrito da decisão.

## Artigo 8.º

**Obrigações dos beneficiários**

1 — Informar a Câmara Municipal da mudança de residência, bem como todas as circunstâncias verificadas, que alterem a sua situação económica, ou as declaradas aquando a apresentação da candidatura.

2 — Não permitir a utilização por terceiros.

3 — O apoio concedido é intransmissível.

## Artigo 9.º

**Cessação do direito à comparticipação**

Constituem causa da cessação do direito ao apoio de comparticipação:

- a)* As falsas declarações para obtenção do apoio terão como consequência imediata a sua anulação.